

A PRÁTICA DAS AÇÕES MUSEOLÓGICAS E A CONSTITUIÇÃO DOS MUSEUS EM UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira *

Resumo: Nas últimas décadas, várias discussões e debates têm se estabelecido em torno da questão da preservação do patrimônio histórico e sua relação com o campo da museologia. Como consequência houve uma série de mudanças em torno dos conceitos de museus e museologia, acompanhadas por uma redefinição das funções educativas no âmbito dos museus. Considerando a análise de alguns documentos produzidos ao longo da segunda metade do século XX, responsáveis por mudar a prática e o pensar museológico atual, nos propomos a discutir a constituição dos museus e centros culturais uberlandenses e a importância das ações museais e educativas que ali são desenvolvidas com o intuito de complementar a formação do cidadão crítico, que pauta suas vivências na colaboração e união com seus pares.

Palavras-chave: Museu. Cidadania. Patrimônio Histórico.

PRACTICAL OF ACTIONS MUSEOLÓGICAS AND THE CONSTITUTION OF THE MUSEUMS IN UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS

Abstract: In recent decades, various discussions and debates have been established around the issue of preservation of historical heritage and its relationship with the field of museology. As a result a number of changes around the concepts of museums and museology, accompanied by a redefinition of roles within the educational museums. Considering the analysis of some documents produced during the second half of the twentieth century, responsible for changing the current museum thinking and practice, we propose to discuss the establishment of museums and cultural centers uberlandenses and the importance of actions and educational museais that there are developed with order to complement the training of citizens critical that staff their experiences in collaboration and union with their peers

Keywords: Museum. Citizenship. Cultural Heritage

Para além dos baús pessoais, os museus brasileiros devem cumprir um papel de referência e base para o futuro da cultura. Que eles sejam música e poesia para os nossos corpos, mentes e espíritos; que sejam os templos de todas as musas e de todos nós. E que os brasileiros possam se orgulhar dos seus museus, novos e velhos.

Gilberto Passos Gil Moreira, 2006.

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia e professora da Faculdade Católica de Uberlândia.

A análise desenvolvida por Judite Primo, cujo objeto de estudo se constitui dos documentos produzidos no Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1958, na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, no I Atelier Internacional da Nova Museologia na cidade de Quebec no Canadá em 1984, na Reunião de Oaxtepec ocorrida no México em 1984 e na Reunião de Caracas na Venezuela, em 1992, foi o ponto de partida para a reflexão a que me propus para pensar a constituição dos Museus uberlandenses e até que ponto os documentos citados influenciam e/ou influenciaram a prática e o pensar museológico na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

Em seu artigo, Judite Primo ressalta que os cinco documentos citados traduzem o “pensar museológico no nosso século e que, principalmente, levaram os profissionais da área a aplicar esta ‘ciência’, de forma menos hermética e a entender sua prática” (PRIMO, 1999: 5-38).

Nos documentos analisados, com exceção do primeiro, encontram-se implícitas orientações para o desenvolvimento de ações interdisciplinares no campo da museologia, cujo objetivo é estabelecer o diálogo, não só entre a várias disciplinas mas também com os vários sujeitos sociais que interagem cotidianamente com a realidade na qual as instituições museais se inserem.

A autora ressalta que tais documentos são resultado da reflexão conjunta de profissionais que buscavam a evolução de idéias na sua área de atuação, reconhecendo que dialogar com profissionais das áreas afins é um passo extremamente importante no sentido de ampliar as possibilidades de atuação no campo da museologia. Esses documentos apresentam como característica comum o território em que se estabeleceram as discussões: todos eles, com exceção da Declaração de Quebec, foram elaborados e produzidos no continente americano.

No entanto, à medida que a autora desenvolve a análise proposta, contextualiza cada um deles com os acontecimentos mundiais e ressalta que é como um reflexo dessa conjuntura que vários profissionais se reúnem em 1958 com o objetivo de discutir a função educativa dos museus, considerados por muito tempo como espaço adequado para se exercer a educação formal. O documento produzido no Rio de Janeiro é o primeiro documento analisado por Primo. Trata-se do resultado do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, realizado em 1958. Ela lembra que o panorâma socio-econômico e político brasileiro foi marcado pelas reformas trabalhistas da Era Vargas, pela modernização do tecido industrial, pelas mudanças políticas decorrentes do suicídio de Vargas em 1954. Posteriormente, pela construção de Brasília e pelo golpe militar em 1964.

No mundo instaura-se de forma generalizada, o processo de descolônização. Além disso, desenvolvia-se na China e em Cuba, movimentos que se orientaram pelo ideal do Comunismo. Dentre outros fatores, destaca-se também a modernização da indústria na Europa, implantam-se ditaduras na América Latina, sem contar que vários territórios encontravam-se destruídos pela Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que ocorre a criação do Conselho Internacional de Museologia-ICOM, sob a proteção da Unesco (PRIMO, 1999: 5-38).

Dentre as proposições estabelecidas neste encontro, Primo destaca a ênfase que é dada à questão dos museus; o estabelecimento de críticas à museografia pelo excesso de etiquetas e cartazes nas exposições enfatizando seu caráter didático; o destaque para a importância da formação profissional sugerindo a criação de cursos específicos. Nesse contexto, a educação ainda é vista como uma extensão da escola e não como agente de transformação social conforme propõe a pedagogia de Paulo Freire, a qual será elemento norteador das ações museais praticadas a partir da década de 1970.

Embora ultrapassado, é necessário reconhecer que, após quarenta anos de sua realização, no encontro de 1958, levantou-se vários problemas e propôs-se a transformação do museu como agente de desenvolvimento social.

Quanto à Declaração de Santiago do Chile, realizada no Chile, em 1972, a autora a considera como a primeira reunião interdisciplinar que procura discutir o papel do Museu na sociedade. Suas propostas consistem em enfatizar o papel da instituição museal a qual passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social, como agente de desenvolvimento social e assume como responsabilidade principal a educação da comunidade. Coincidentemente, essa preocupação com a ação educativa nos museus ocorre no mesmo momento em que novas correntes pedagógicas buscam soluções mais democráticas para o processo educativo e, a partir desse momento, torna-se praticamente impossível ignorar o papel do museu como agente decisivo na educação da comunidade, propiciando o seu desenvolvimento.

É nesse momento que as novas correntes museológicas buscam suporte no método pedagógico defendido por Paulo Freire, para quem a educação é vista como prática Libertadora. Por meio da Teoria da Educação dialógica e problematizadora, a relação educando e educador se estabelece a partir do diálogo e da reflexão. Desse modo, segundo as orientações freirianas, os homens se educam em comunhão.

Quando a instituição museal passa a ser vista enquanto instrumento de mudança social, a museologia se dedica a compreender a relação que o homem estabelece com o

patrimônio cultural. Contrapondo-se à educação bancária, a ação educativa dialógica passa a compreender o homem como ser participativo que pauta suas ações na colaboração e união com seus pares cuja relação se fundamenta no diálogo. Propõe-se, dessa forma, o desenvolvimento da reflexão crítica como exercício para a libertação.

A questão da interdisciplinaridade se caracteriza pela proposta de se abrir o Museu às disciplinas afins facilitando, assim, a compreensão do processo histórico na América Latina. O museólogo é visto enquanto ser político e social, sendo-lhe cobrado um posicionamento político-ideológico por atuar em uma instituição cujo fim é o desenvolvimento social.

Propõe-se a descentralização da ação museológica por meio de exposições itinerantes. Recomenda-se a criação de cursos de formação de técnicos de museus em nível médio e superior. Atualmente, passados vários anos da realização da Mesa de Santiago do Chile, o Museu ainda é entendido como protagonista para a realização das atividades com a comunidade, contudo, a novidade do documento é a criação do conceito de Museu Integral, cujas atividades são voltadas para o conhecimento global.

O documento redigido em Oaxtepec, no México, em 1984, é contemporâneo da Declaração de Quebec e, segundo Primo, reafirma muitas das questões apontadas e recomendadas na Mesa de Santiago do Chile. Nela, a relação território, patrimônio e comunidade é indissolúvel e deve ser marcada pelo diálogo e participação comunitária. Propõe-se a defesa do patrimônio “in situ” com a justificativa de que ao retirar o patrimônio do seu contexto, modifica-se a idéia original segundo a qual foi criado. O espaço territorial é considerado como área museológica. Amplia-se a idéia de patrimônio cultural, propondo-se ainda uma visão integrada da realidade reafirmando a museologia como vetor de desenvolvimento comunitário. Defende-se a capacitação da comunidade para gerir suas instituições culturais.

Quanto à Declaração de Quebec, Canadá, redigida também em 1984, pode-se dizer que as discussões resultaram na evolução do conceito de novas forma de museologia para constituir um novo movimento museológico. Neste contexto, fala-se em uma dicotomia entre a museologia tradicional e a nova museologia, porém, Judite Primo ressalta que, na verdade, ocorre duas formas diferentes de se atuar na “ciência” museológica. “Uma mais preocupada com as questões administrativas e a outra voltada para as necessidades sociais” (PRIMO, 1999: 5-38). Para a autora, a importância da Declaração de Quebec se confirma pelo reconhecimento da existência do movimento da nova museologia.

A Declaração de Caracas é redigida na Venezuela, em 1992. Os debates desenvolvidos nesse encontro levam à redefinição do conceito trabalhado no Chile considerando as

mudanças socio-políticas, econômicas e tecnológicas dos últimos vinte anos na América Latina. O conceito de Museu Integral evolui para o de Museu Integrado na comunidade o que influencia a criação dos ecomuseus e museus comunitários.

Recomenda-se a reformulação de políticas museais em função do estabelecimento de uma relação com a comunidade. Propõe-se ampliar o papel do Museu que atuará como gestor social por meio de projetos museológicos que reflitam o interesse da comunidade e considerem a realidade na qual ela se encontra inserida.

Referenciando-se em Pedroso Lima, Primo salienta que confrontando as declarações de Santiago do Chile e Caracas, pode-se dizer que em Santiago é a tomada de consciência de que os museus poderão contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da sociedade; já em Caracas, é uma posição de consolidação da museologia no seio da sociedade.

A concepção do conceito de museu por Primo é definida “como um espaço institucionalizado ou não, onde as relações do homem-sujeito que conhece - e o fato museal - testemunho da realidade, se estabelecem” (PRIMO, 1999: 5-38). Esta realidade tem a participação do homem que possui o poder de agir e, portanto, estabelece sua ação mediadora.

Ressalta-se também a importância da implementação da Política Nacional de Museus, no Brasil, a partir de 2003. Compreendendo a importância dos Museus na vida cultural e social brasileira, o Ministério da Cultura criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e, por seu intermédio, convidou a comunidade museológica para participar da construção de uma política voltada para o setor.

Tomando como referência os documentos analisados e a conjuntura político-social e cultural em Uberlândia na segunda metade do século XX, pode-se dizer que a década de 1980 foi marcada por discussões e debates acerca de temas como cultura, sociedade e política. Em meio a uma série de articulações, a sociedade se une em torno do debate referente à preservação do patrimônio cultural brasileiro discutindo normas para definir a política de preservação a ser adotada. Percebe-se, nesse contexto, uma preocupação quanto ao que deveria ser preservado, considerando-se a onda de demolições decorrente da ideologia do progresso que norteava as ações de uma sociedade cujo objetivo, principalmente por parte de alguns grupos sociais, era ostentar o título de cidade desenvolvida e progressista.

Em meio a esse debate, procurou-se cooptar o apoio dessa sociedade exigindo seu posicionamento frente à questão do patrimônio histórico. É importante ressaltar que, nesse momento foram criadas leis no âmbito federal, estadual e municipal, as quais normatizaram as ações preservacionistas. Conforme Judite Primo indica, o próprio conceito de patrimônio é

rediscutido evidenciando interesses entre diversos sujeitos e projetos sociais que estavam em disputa naquele momento histórico.

Em Uberlândia, grande parte deles compartilhavam destas discussões, seja se posicionando contra (em defesa de interesses financeiros), e outros se posicionando a favor, por ver a necessidade preservar lugares, construções, hábitos, em síntese tudo aquilo que é representativo de práticas sociais; culturas. Não podemos deixar de lado ainda, aqueles sujeitos e projetos que simplesmente são deixados de lado, tanto das discussões, quanto da participação naquilo que é preservado enquanto patrimônio cultural, o que evidencia dificuldades de democratização da política patrimonial (ROSA, 2008: 98).

No ano de 1985, foi aprovada a ementa da lei 4.240, a qual passou a regulamentar o processo de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município por meio da criação do Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - CONPHAC. Em seu artigo primeiro constata-se que o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Município, quer por seu excepcional valor artístico, tanto biográfico como etnográfico e cultural como documental. Segundo Goulart, a aprovação desta lei ocorre no mandato do prefeito Zaire Rezende, 1983/89 (GOULART, 2006: 107). Conforme nos diz o autor, nos dois mandatos do referido prefeito, 1983/89 e 2001/04, “observou-se maior abertura para a discussão do tema patrimônio, bem como para a explicitação de conflitos (GOULART, 2006: 192). Houve uma maior interação entre o Município e o Conselho, contudo, conforme nos indica Goulart, o que garante a manutenção do órgão é a exigência do Programa Estadual ICMS Patrimônio Cultural criado por meio da promulgação da Lei Estadual 12.040/1995 (primeira Lei “Robin Hood”)[†]. Citar essa lei é necessário porque, segundo Carrijo, apesar de

[†] Ver MACHADO, Jurema. *Espaço Público, Patrimônio e Cultura no Planejamento Urbano*. GUM – Brasília, julho/2000. Conforme a autora, para a difusão de políticas de preservação para o nível local, pode ser considerado um marco na história da preservação em Minas Gerais a decisão de se incluir o patrimônio cultural como um dos critérios para o repasse do ICMS aos municípios, através da Lei Estadual 12040/95, que ficou conhecida como Lei Robin Hood. Para se beneficiarem de maiores repasses do ICMS, os municípios tiveram que atender a uma norma estrategicamente concebida pelo IEPHA que, a princípio, foi de fácil cumprimento, para, nos anos subseqüentes, ir sendo gradualmente aprofundada, possibilitando um amadurecimento gradativo e monitorado. Vale dizer que os municípios que cumprissem um conjunto gradual de tarefas passavam a receber uma pontuação, traduzida em seguida em índice, que iria se refletir na cota de ICMS a receber do repasse do Estado. O resultado é que conceitos aparentemente sofisticados como o próprio conceito de patrimônio, os conceitos de tombamento, de inventário e de política municipal de proteção estão difundidos de forma consistente em mais de 200 municípios de Minas. Uma linguagem comum, que orienta a identificação de valores locais e que instala a discussão dos critérios de atuação encontra-se largamente implantada. Em termos quantitativos, os dados são muito significativos – 160 Conselhos de Proteção do Patrimônio foram criados por Leis municipais e cerca de 600 bens foram tombados com base em dossiês de tombamento fundamentados. Outros resultados interessantes vieram da Lei: o enriquecimento do banco de dados do IEPHA; a ampliação da preocupação com os acervos documentais, levando à criação de arquivos e museus municipais; a valorização das equipes locais responsáveis por cumprir as metas que garantem a

seus recursos serem escassos e insuficientes para repor as perdas de municípios como Uberlândia, “deve-se ao programa a reativação do CONPHAC e a emergência de uma política de preservação que, buscou superar a mera sucessão de tombamentos ocorrida até então”.

É também na década de 1980 que se constitui o Museu Municipal de Uberlândia. Segundo informações fornecidas pela Secretária de Cultura, o Município de Uberlândia foi criado pela Lei nº 3.643 de 31 de agosto de 1888; sua instalação se deu em 14 de março de 1891, tendo como sede um imóvel alugado. A Lei Municipal nº7, de 1898, determinou a construção do Paço Municipal. O local escolhido, atual Praça Clarimundo Carneiro, criou polêmica, pois parte do terreno fora ocupado por um cemitério. O projeto e a construção ficaram a cargo de Cipriano Del Fávero e sua inauguração se deu em 1917. Foi o primeiro edifício de dois pavimentos na cidade e, durante algum tempo, o único.

Com o crescimento da cidade, o prédio tornou-se insuficiente para atender ao programa de necessidades, gerando a transferência do Poder Executivo e dos gabinetes dos vereadores para o imóvel situado na esquina da Rua Bernardo Guimarães com a Praça Clarimundo Carneiro, antiga sede do Banco do Brasil. Em 1985, a Lei Municipal nº 4.209, de 25 de setembro, tombou o Paço Municipal como patrimônio histórico e determinou-o a abrigar o Museu Histórico de Uberlândia.

A Constituição dos outros museus da cidade, também ocorre entre o período em que se estabelecem as discussões que resultam na Declaração de Santiago do Chile, em 1972, as Declarações de Quebec e Oaxtepec e a Política Nacional de Museus, no Brasil. É interessante observar que, em sua maioria, tratam-se de museus universitários.

A Universidade Federal de Uberlândia, por meio de seus cursos, agrega cinco museus e três centros de memória. São eles: Museu de Minerais e Rochas (MMR, em 1987), Museu do Índio (Musíndio, em 1987), Museu Universitário de Arte (MUnA, em 1998), Museu de Biodiversidade do Cerrado (MBC, em 2000), Museu de Ciências - Diversão com Ciência e Arte (DICA, em 2005), Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS, em 1985), Centro de Informação e Referência da Cultura Negra (CRCN, em 2001) e Núcleo de Preservação da Memória do Hospital de Clínicas da UFU (NPM/HCU, em 2003). Em 2001, foi criada a Rede de Museus da UFU, vinculada à Diretoria de Culturas - DICULT / PROEX.

pontuação, muitas delas reforçadas com a contratação de arquitetos restauradores e historiadores, abrindo mercado de trabalho para esses profissionais.

Tem como missão desenvolver a cultura cidadã e a educação na comunidade local e regional, através da interação dos museus e centros de memória.

Considerando que os museus têm como responsabilidades principais, serem fontes referenciais para a produção de novos conhecimentos nas atividades de ensino e pesquisa, Ulpiano Bezerra de Menezes aponta uma série de conflitos e tensões que permeiam as relações no campo da museologia (MENEZES, 2002: 12). Em relação aos museus universitários o autor se indaga se ao menos esses museus têm conseguido, no país, articular as funções de conhecimentos às demais. Para ele, se pode falar antes de Museus “na” Universidade do que Museus “da” Universidade. O Museu “da” Universidade, isto é, o museu universitário propriamente dito, teria de integrar solidariamente as funções científico-documentais, educacionais e culturais da universidade com a marca da ação museal - e não apenas existir como museu que se vincula administrativamente à universidade.

É o ideal de integrar solidariamente propósitos científicos de educação popular e profissional e de referência cultural. Segundo Menezes, “não basta um museu para a universidade. É preciso um museu que atinja toda a sociedade pela universidade.

Quanto aos museus uberlandenses - e aí se incluem os museus universitários - não se vislumbra a interação proposta por Menezes. Apesar do esforço despendido pela Rede de Museus da UFU, cada um deles enfrenta uma série de dificuldades o que prejudica o estabelecimento de uma rede que possa ampliar o acesso ao usuário. Os museus universitários se encontram vinculados a Faculdades ou Institutos e não possuem verba própria para investir na manutenção de sua estrutura física. O número de servidores que compõem o quadro administrativo é pequeno, o que os leva a acumular várias funções com o objetivo de atender minimamente aqueles que necessitam de tais serviços. No Museu Municipal, as ações educativas ocorrem, principalmente, no mês de maio, durante a Semana de Museus. Em recente reportagem publicada no Jornal Correio de Uberlândia, foi realizada uma enquete com cidadãos e suas respostas foram desanimadoras pois, em sua maioria, afirmaram nunca ter frequentado os museus da cidade. Muitos deles nem sabiam de sua existência ou localização como afirma Lamunier Vieira Lemes Júnior, 24 anos, bancário, ao ser questionado se já havia visitado algum museu em Uberlândia: “Nunca fui. Até que tenho interesse, mas sempre falta tempo. Além disso, nem sei onde eles ficam”. Apenas 10% da população da cidade afirmou visitar um dos oito espaços dedicados à preservação da memória.

Acredito que é necessário desmistificar a imagem negativa que se criou, ao longo dos anos, sobre os Museus. Lembrados erroneamente como lugar de velharia, os Museus guardam

muito mais do que a exposição de obras etnográficas e artísticas. São instrumentos de busca da transformação social e da perpetuação de aspectos da cultura viva. As instituições culturais, como centros de documentação, arquivos, bibliotecas, museus foram “freqüentemente apontados como castelos, repletos de tesouros de valor inestimável, comparáveis todavia a templos sagrados intocáveis e inatingíveis. Hoje, apesar da imagem negativa, aquelas instituições ressurgem da inanição, reagem, buscam atualizar-se tentando compensar o tempo perdido. Assistimos à revisão de conceitos e à valorização e alargamento dos serviços que desenvolvem. Esses serviços poderiam ser representados através da figura simbólica de pontes levadiças, que põem em comunicação os interessados com os conjuntos documentais, valiosos acervos zelosamente conservados naqueles castelos. Considerando que os acervos custodiados nos castelos não sejam conjuntos fechados, estáticos, mas ao contrário sejam enriquecidos continuamente, os serviços têm que se atualizar em ritmo dinâmico, para não envelhecer antes de completar-se, isto é, antes de atender o usuário” GONÇALVES FILHO, 1992: 61).

BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e sociedade. In: *Revista do Arquivo Nacional*, n. 200, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1992.

GOULART, Maurício Guimarães. Apenas uma fotografia na parede: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG). Brasília. Unb. 2006. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. O Museu e o Problema do Conhecimento. In: *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas*. Pesquisa. Organização Magaly Cabral. 2002.

PRIMO, Judite Santos. *Pensar Contemporaneamente a Museologia*. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa/Portugal: Edições Lusófonas, 1999.

ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985 - 1995)*. Monografia. Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia., 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Relatório de Gestão 2003/2006.